

Bruno Madeira – *O Conselho Revolucionário de Moradores do Porto: apontamento cronológico sobre o nascimento, apogeu e refluxo do movimento de moradores (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 24-49.
DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a2

O Conselho Revolucionário de Moradores do Porto: apontamento cronológico sobre o nascimento, apogeu e refluxo do movimento de moradores (1974-1976)

The Revolutionary Council of Porto's Dwellers: a chronological account of the birth, heyday and ebb of the residents' movement (1974-1976)

Le Conseil Révolutionnaire des Citadins de Porto : aperçu chronologique de la naissance, de l'apogée et du reflux du mouvement des résidents (1974-1976)

El Consejo Revolucionario de los Habitantes de Porto: una cronología del nacimiento, apogeo y reflujo del movimiento de residentes (1974-1976)

Bruno Madeira

Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho; CITCEM; Lab2PT
bruno.j.madeira@gmail.com

Resumo: Com a Revolução de 25 de abril de 1974, assinalaram-se notáveis alterações ao nível do sistema político, da propriedade, das condições de trabalho, da saúde, da educação, da cultura e da habitação. No Porto, um dos principais problemas que afetava as classes populares era o da habitação. Amontoados em “ilhas”, “colmeias” ou “subalugas” e sem condições de higiene, conforto ou privacidade, os moradores pobres da cidade mobilizaram-se e lançaram-se à conquista do direito à habitação e à cidade. Uma das expressões dessa organização popular foi o Conselho Revolucionário de Moradores do Porto, organismo coordenador das várias comissões de moradores da cidade, de cuja história aqui trataremos.

Palavras-chave: movimento de moradores, revolução portuguesa, comissões de moradores, Conselho Revolucionário de Moradores do Porto.

Abstract: With the Portuguese Revolution of 25 April 1974, there were notable changes in the political system, property, working conditions, health, education, culture and housing. In Porto, one of the main problems affecting the working classes was housing. Crammed into ‘ilhas’, ‘colmeias’ or ‘subalugas’ and lacking hygiene, comfort or privacy, the city's poor residents mobilised and set out to win the right to housing and the city. One of the expressions of this popular organisation was the Revolutionary Council of Porto's Dwellers, the coordinating body of the city's various residents' committees, whose history we will deal with here.

Keywords: dwellers movement, Portuguese revolution, dwellers committees, Revolutionary Council of Porto's Dwellers.

Résumé: Avec la révolution du 25 avril 1974, des changements notables sont intervenus dans le système politique, la propriété, les conditions de travail, la santé, l'éducation, la culture et le logement. À Porto, l'un des principaux problèmes qui touchent les classes populaires est celui du logement. Entassés dans des « îlots », des « ruches » ou des « subalugas », sans hygiène, sans confort, sans intimité, les habitants pauvres de la ville se mobilisent et partent à la conquête du droit au logement et à la ville. L'une des expressions de cette organisation populaire fut le Conseil révolutionnaire des habitants de Porto, organe de coordination des différents comités d'habitants de la ville, dont nous allons retracer l'histoire.

Mots-clés: mouvement de citadins, révolution portugaise, comités de citadins, Conseil Révolutionnaire des Citadins de Porto.

Bruno Madeira – *O Conselho Revolucionário de Moradores do Porto: apontamento cronológico sobre o nascimento, apogeu e refluxo do movimento de moradores (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 24-49.
DOI https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a2

Resumen: Con la Revolución del 25 de abril de 1974 se produjeron cambios notables en el sistema político, la propiedad, las condiciones de trabajo, la sanidad, la educación, la cultura y la vivienda. En Oporto, uno de los principales problemas que afectaban a las clases trabajadoras era la vivienda. Hacinados en «islas», «colmenas» o «subalugas» y carentes de higiene, comodidad o privacidad, los habitantes pobres de la ciudad se movilizaron y se propusieron conquistar el derecho a la vivienda y a la ciudad. Una de las expresiones de esta organización popular fue el Consejo Revolucionario de los Habitantes de Oporto, órgano de coordinación de los diversos comités de vecinos de la ciudad, de cuya historia nos ocuparemos aquí.

Palabras clave: movimiento de residentes, revolución portuguesa, comités de residentes, Consejo Revolucionario de Residentes de Oporto.

Notas introdutórias

Contrariando as indicações dadas pelo Movimento das Forças Armadas, a população de Lisboa, primeiro, e de todo o país, depois, inundou as ruas de Portugal a partir da manhã de 25 de abril de 1974 e de um golpe militar fez uma revolução. Os portugueses que encheram as ruas naquele momento histórico decidiram deixar de ser um sujeito político passivo, tomando nas suas mãos a construção do Portugal democrático. A participação popular no processo revolucionário marcou-lhe o ritmo, a feição e a direção até ao golpe de 25 de novembro de 1975, quando a opção tendente à edificação de uma sociedade socialista, sustentada nos órgãos de base do poder popular, é derrotada e termina o período revolucionário.

Simultaneamente expressão e sustentáculo da Aliança Povo-MFA, surgiram cooperativas agrícolas, coletividades recreativas, culturais ou desportivas, comissões de trabalhadores, de rendeiros ou de moradores, assim como assembleias de estudantes, de bairro ou de freguesia, entre muitas outras formas de organização tendentes à construção de uma democracia direta. “A generalização de formas de participação popular e da politização das relações sociais foi o elemento que distinguiu o processo de transição” (Palacios Cerezales, 2005: 19), marcado por greves, manifestações, comícios, formação de órgãos de poder popular nos bairros e nos locais de trabalho, ocupação e autogestão de casas, propriedades agrícolas e empresas. De acordo com Santos, o biénio revolucionário foi marcado pela oposição entre a “legalidade democrática”, gradualista e demoliberal, e a “legalidade revolucionária”, imediatista e tendente à “transformação radical do Estado”. Apesar de esta tensão ter estado latente durante todo o período, as organizações representativas dos trabalhadores ou dos moradores não deixaram de

Bruno Madeira – *O Conselho Revolucionário de Moradores do Porto: apontamento cronológico sobre o nascimento, apogeu e refluxo do movimento de moradores (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 24-49.
DOI https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a2

recorrer ao Estado para garantir a consagração legal dos “resultados das suas lutas”. Este recurso ao Estado, no âmbito de uma “legalidade de rutura”, processou-se, essencialmente através da ratificação de iniciativas já realizadas pelos movimentos à margem do quadro legal existente (por exemplo, ocupação de casas) e de inovações legislativas propostas pelos partidos, procurando que as realizações do movimento popular fossem vertidas em leis e protegidas ao abrigo das “formas jurídicas oficiais, tradicionais” (Santos, 1990: 32-33).

A habitação era, à data da revolução, uma das mais graves necessidades dos portugueses (Pereira, 1983; Pereira, 2011). Sendo esta uma realidade transversal a todos os aglomerados urbanos do litoral do país, o Porto era das cidades em que o problema se colocava com maior acuidade dada a natureza estrutural do problema, que se arrastava e agravava desde o final do século XIX, devido à industrialização e ao êxodo rural em direção à cidade, e ao longo do século XX, nem a I República nem o Estado Novo conseguiram resolver, apesar de terem desenvolvido programas de construção de habitação popular, esta insuficiência e precariedade habitacional (Pereira, 2011). Ainda que após o desfecho da 2.^a Guerra Mundial e “mantendo-se o controlo repressivo como traço fundamental da acção do regime [...], o Estado favorecerá de um modo mais claro a implementação de processos de urbanização capitalista, encarando os projectos habitacionais como elementos cruciais do desenvolvimento das maiores cidades” (Pereira, 2011: 551). Reconhecendo a gravidade da carência habitacional, farão com que o Estado Novo expanda o programa de “Casas Económicas”, sobretudo dirigidas ao funcionalismo público e às classes médias, se empenhe na construção de “grandes bairros de habitação colectiva com fins sociais [...] para o operariado (regularmente grandes, de baixa qualidade, pouco equipados e localizados na periferia da cidade” (Pereira, 2011: 551). Invocando preocupações com a saúde pública, o regime vai ainda olhar para os bairros de lata e as “ilhas” como um problema a resolver.

Entre as primeiras movimentações de tipo (apenas parcialmente) espontâneo a seguir ao 25 de Abril, a organização dos moradores em comissões (Rodrigues, 1997; Vilaça, 1994; Pereira, 2013; Queirós & Pereira, 2018) e a criação de organismos públicos de resposta às exigências sociais, como o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) ou o Comissariado para a Renovação Urbana da Área Ribeira/Barredo (CRUARB),

Bruno Madeira – *O Conselho Revolucionário de Moradores do Porto: apontamento cronológico sobre o nascimento, apogeu e refluxo do movimento de moradores (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 24-49.
DOI https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a2

tornou possível “a intervenção de movimentos populares de luta pela casa e pelo direito à cidade” e “para os arquitectos, abriu um campo vasto e urgente de projecto, fundamentado na participação directa e diversificada das populações” (Vieira, 1986: 37). O SAAL, nomeadamente o SAAL/Norte, tem sido objeto de numerosos estudos que apontam a originalidade do seu projeto de articulação de saberes dos técnicos com a participação popular¹. Como sublinhou Pereira, “ao fim de pouco mais de dois anos de experiência, à data da sua extinção como serviço, o SAAL envolvia 150 operações [...]. No conjunto, mais de 40 mil famílias pobres, organizadas em 14 Cooperativas de Habitação Económica, 16 Comissões de Moradores e 128 Associações de Moradores, recebiam apoio do SAAL” (2014: 29).

No Porto, o movimento de moradores foi um dos que mais se destacou no âmbito das organizações de poder popular, ficando a dever-se o seu dinamismo à situação de emergência habitacional existente na cidade. Logo em 30 de abril, moradores do bairro camarário de S. João de Deus reuniram-se em assembleia e elegeram a primeira comissão de moradores da cidade, que, no dia seguinte, participava já, com materiais e reivindicações próprias, na manifestação do 1.º de Maio e, dias depois, entregava o seu caderno reivindicativo no Quartel-General do Porto². A este respeito, Queirós & Pereira sublinham que a rapidez, a intensidade e a dimensão com que o movimento de moradores portuense surgiu não foram inteiramente espontâneas, mas fruto de “uma história prévia de ‘resistência quotidiana’ e de participação associativa local” (Queirós & Pereira, 2018: 867), quer no Bairro S. João de Deus quer em muitos bairros camarários, “ilhas” e na zona da Ribeira/Barredo.

Para Rodrigues, o movimento de moradores do Porto, tendo-se centrado, numa fase inicial, apenas na reivindicação de mais e melhor habitação, “evoluiu, a partir de Dezembro de 1974, no sentido de um movimento social que pôs em causa o modelo de crescimento urbano e contestou a existência de desigualdades no processo de apropriação do espaço” (Rodrigues, 1997: 144). Se, numa primeira fase, os moradores dos bairros

¹ Cf. Antunes, 2023; Baía, 2018; Bandeirinha, 2007; Coelho, 1986; Costa, 2022; Nunes e Serra, 2003; Pereira, 2014; Portas, 1986; Rodrigues, 2018. Ver ainda a coleção *Cidade Participada – Arquitectura e Democracia* composta por cinco volumes publicados pela Tinta da China entre 2016 e 2024.

² “Moradores dos bairros camarários querem o termo do regulamento”. *Jornal de Notícias*, 3 de maio de 1974, p. 4.

Bruno Madeira – *O Conselho Revolucionário de Moradores do Porto: apontamento cronológico sobre o nascimento, apogeu e refluxo do movimento de moradores (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 24-49.

DOI https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a2

camarários, das “ilhas” e dos “subalugas” se manifestaram no sentido da revogação do “regulamento fascista” nos bairros camarários e pelo incremento das condições de habitabilidade, salubridade e dignidade nas “ilhas” (Queirós & Pereira, 2018), depressa evoluíram para uma linha de atuação tendo em vista a socialização dos solos urbanos. É neste contexto de forte mobilização do movimento de moradores, de desenvolvimento das operações do SAAL/Norte e da criação de dezenas de comissões de moradores que nasce o Conselho Revolucionário de Moradores do Porto (CRMP). Partindo desta análise breve do Estado Arte sobre o movimento de moradores porto no período revolucionário, visa-se aprofundar o conhecimento sobre o papel do CRP através do recurso a uma fonte impressa, o *Jornal de Notícias*, escolhida por ser o jornal de maior difusão na cidade do Porto e com maior número de notícias sobre o movimento de moradores da cidade. Nessa conformidade, procura-se determinar o contexto político-social em que surgiu, os problemas a que pretendeu dar resposta no quadro do movimento de moradores, o seu funcionamento interno, as comissões de moradores mais ativas, a sua relação com o SAAL, os partidos políticos, os órgãos de poder local e central e os demais movimentos populares.

De 25 de abril de 1974 a 11 de março de 1975: formação e desenvolvimento do movimento de moradores

Depois da iniciativa dos moradores do Bairro S. João de Deus, em 12 de maio, o *Jornal de Notícias (JN)* noticiava que “a população da Ribeira denunciou os subalugas”, tendo ainda pedido a cedência de casas camarárias. Queixavam-se das rendas exorbitantes, dos abusos dos subalugas, de existirem famílias de 10 e 12 pessoas a habitar um quarto exíguo, da falta de salubridade e de instalações sanitárias. Estava-se, então, a construir o Bairro do Aleixo para as realojar. No entanto, dada a urgência, exigiram que estas famílias fossem realojadas nas 315 casas vagas que a CMP tinha disponíveis, 220 delas no bairro do Bom Pastor³. No dia seguinte, realizou-se uma manifestação dos moradores dos bairros pobres do Porto, sobretudo oriundos da zona da Ribeira e do Barredo. Em 15 de maio, moradores do Cerco do Porto aprovaram a anulação do

³ “A população da Ribeira denunciou os subalugas”. *Jornal de Notícias*, 12 de maio de 1975, p. 5.

Bruno Madeira – *O Conselho Revolucionário de Moradores do Porto: apontamento cronológico sobre o nascimento, apogeu e refluxo do movimento de moradores (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 24-49.
DOI https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a2

“regulamento fascista”, o estudo da possibilidade de as habitações passarem à situação de renda resolúvel, o reembolso das rendas pagas a 100%, a criação de infantários, creches e salas de estudo, a suspensão de todas as ordens de despejo em curso, a supressão do carácter repressivo dos fiscais dos bairros, o estudo da atribuição dos escalões de renda e o realojamento dos inquilinos que tivessem ordem de despejo⁴. Três dias depois, foi a vez de se reunirem os moradores da Pasteleira. Ainda em maio, os moradores dos bairros camarários apresentaram as suas reivindicações à CMP e realizaram uma manifestação exigindo a revogação do regulamento dos bairros camarários. No final desse mês, verificaram-se ainda ocupações de casas desabitadas no bairro de S. João de Deus. De acordo com Saaristo, Lages e Tomé (2024) entre 26 de abril e 9 de maio, cerca de 2000 casas foram ocupadas em Lisboa, Setúbal, Porto e Madeira. Numa primeira fase, como foi o caso das casas desabitadas do Bairro S. João de Deus, os ocupantes visavam, essencialmente, habitações estatais ou municipais desocupadas ou cuja construção não fora ainda concluída.

No mês de junho, foi a vez de se começarem a organizar os moradores do bairro camarário da Rainha D. Leonor e do bairro do Falcão. O mês de julho iniciou-se com a formação da comissão de moradores da zona da Sé⁵ e prosseguiu com o primeiro plenário de comissões de moradores⁶. Nele foram aprovados os “Princípios Reguladores dos Bairros Camarários da Cidade do Porto”, um caderno reivindicativo comum que deveria somar-se aos que cada comissão elaboraria. Este plenário juntou representantes dos bairros do Cerco, de Agra do Amial, da Pasteleira, de S. João de Deus, do Lagarteiro, do Caniçal, do Falcão, do Regado, de Aldoar, de S. Roque, de Machado Vaz, da Fonte da Moura e da Rainha D. Leonor.

No que viria a ser uma decisão vital para o desenvolvimento das comissões de moradores do Porto, em 31 de julho foi criado o SAAL, por despacho conjunto do ministro da Administração Interna, Costa Brás, e do secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, Nuno Portas. O SAAL, sobretudo no Porto, foi capaz de estabelecer uma

⁴ “Moradores do Cerco do Porto unidos para não serem vencidos”. *Jornal de Notícias*, 16 de maio de 1974, p. 4.

⁵ “Na Zona da Sé o Povo é quem mais ordena”. *Jornal de Notícias*, 3 de julho de 1974, p. 4.

⁶ “Denunciado o regulamento fascista actualmente suspenso. Bairros camarários: os moradores querem ser quem decide a sua vida”. *Jornal de Notícias*, 15 de julho de 1974, p. 4.

Bruno Madeira – *O Conselho Revolucionário de Moradores do Porto: apontamento cronológico sobre o nascimento, apogeu e refluxo do movimento de moradores (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 24-49.
DOI https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a2

relação de proximidade e cooperação com os moradores, acabando também por contribuir para a dinamização e estruturação do seu movimento. Também de grande significado e importância no campo da resposta estatal à crise habitacional, importa referir a criação do Comissariado para a Renovação Urbana da Área Ribeira-Barredo em 28 de setembro por despacho conjunto dos Ministérios da Administração Interna e do Equipamento Social e Ambiente, então dirigido por José Augusto Fernandes. A urgência da resolução do problema habitacional do Porto levou o secretário de Estado da Habitação e Urbanismo a uma visita de trabalho à cidade em 14 de outubro. Nessa ocasião, prometeu uma maior dotação financeira à Secção Norte do Fundo de Fomento à Habitação (FFH) e a construção de 440 fogos no Viso e de 300 em Lordelo; estes somar-se-iam aos 500 já em construção em Lordelo, S. João de Deus, Falcão e Contumil. Entre 15 e 24 de outubro, moradores das Antas, da zona ribeirinha de Massarelos e de S. Vítor começaram a reunir com técnicos do SAAL/Norte.

Em 25 de novembro de 1974, perante um mandado de despejo que sobre eles impendia, moradores de uma “colmeia” na Rua D. João IV reuniram-se com representantes dos inquilinos de outros “subalugas”. Marcaram para o sábado seguinte, 30 de novembro, uma reunião, no terreiro da Sé, dos moradores de “subalugas” e “ilhas” e de todos os que viviam “em condições de miséria”. No documento de apelo à participação, afirmavam lutar “contra a subaluga que nos explora e oprime e contra as leis fascistas ainda em vigor, que a defendem a ela e nos atacam a nós” e diziam ser a “classe operária que tudo produz, e que constrói os prédios. Como tal temos o direito à habitação” e ainda que se sabia “que há muitas casas de vago nos bairros da Câmara”, que “os senhorios, sendo uns grandes capitalistas que querem explorar à vontade, recusam-se a alugar por causa da lei e os construtores deixaram de construir” e que “os burgueses têm muitas casas de vago, mas se um trabalhador as vai ocupar com a sua família, é preso, como sucedeu em Lisboa, e é obrigado a regressar para a miséria no bairro de lata ou na ilha” (Conselho Nacional do SAAL, 1976: 97-98). Este é um dos muitos exemplos que atesta que da exigência de habitação condigna, o movimento de moradores evoluiu no sentido de pôr em causa todo o sistema capitalista e o seu modo de apropriação da riqueza e dos solos urbanos e urbanizáveis – um processo qualitativo de tomada de consciência política por parte dos moradores, que passaram a entender que não

Bruno Madeira – *O Conselho Revolucionário de Moradores do Porto: apontamento cronológico sobre o nascimento, apogeu e refluxo do movimento de moradores (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 24-49.
DOI https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a2

existiria solução para o problema da habitação enquanto a exploração capitalista não fosse definitivamente superada.

Em 30 de novembro de 1974 houve nova manifestação do movimento de moradores do Porto contra os “subalugas” e pelo direito à habitação, que culminou com a invasão da CMP, forçando o diálogo com a sua Comissão Administrativa (CA). Contudo, poucos dias depois, a CA proibiu as intervenções populares nas sessões públicas da Câmara⁷. Dezembro começou com o primeiro plenário, reunido na Escola Superior de Belas-Artes do Porto (ESBAP), das comissões de moradores ligadas ao SAAL/Norte, sendo aí criada a Comissão Coordenadora das Comissões e Associações de Moradores do Porto e eleito o seu secretariado. Nela, estiveram presentes comissões dos bairros Acácio, Parceria e Antunes, Chaves de Oliveira, Lapa, Antas, Bela Vista, S. Vítor e Leal, representando cerca de 8500 moradores. Neste plenário, as comissões debateram, sobretudo, as condições que teriam de suportar para que os seus bairros fossem beneficiados pelas operações do SAAL. Nesse sentido, exigiram à Secretaria de Estado da Habitação e do Urbanismo: “a) Subsídio de Fundo Perdido no mínimo de 90 000\$00; b) Empréstimo reembolsável no prazo mínimo de 25 a 30 anos; c) Juro máximo de 2% ao ano” (Conselho Nacional do SAAL, 1976: 102). Ainda nesse mês, o SAAL/Norte apresentou a sua primeira proposta de estatutos para as associações de moradores e assistiu-se à atribuição de 64 casas no Aleixo a moradores do Barredo⁸.

Fruto das carências habitacionais no concelho do Porto e da ação reivindicativa dos moradores da cidade, o governo decidiu suspender, através do Decreto-Lei 6/75, de 7 de janeiro de 1975, as ações de despejo judiciais e administrativas que tivessem por base a sublocação ou a mera ocupação. Aplicava-se apenas ao concelho do Porto e às zonas limítrofes do mesmo. Dez dias depois, a Comissão Central de Moradores dos Bairros Camarários do Porto reuniu-se com os meios de comunicação social para prestar contas acerca da sua atividade, que abrangia, segundo afirmaram, cerca de 50 mil moradores. Apresentou ainda o estatuto-base da Comissão Central (CC), exigiu o fim do “regulamento fascista” dos bairros camarários e denunciou as dificuldades no trabalho com a CMP, nomeadamente os obstáculos levantados aos seus pedidos de diálogo com o

⁷ *Jornal de Notícias*, 4 de dezembro de 1974, p. 5.

⁸ “Sessenta e quatro casas distribuídas. A população do Barredo à conquista do Aleixo”. *Jornal de Notícias*, 23 de dezembro de 1974, p. 3.

Bruno Madeira – *O Conselho Revolucionário de Moradores do Porto: apontamento cronológico sobre o nascimento, apogeu e refluxo do movimento de moradores (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 24-49.
DOI https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a2

presidente da CA. As denúncias das dificuldades colocadas pela CMP, exceto durante a vigência da Comissão Administrativa Militar, foram uma constante tanto por parte das comissões de bairros camarários, como das que estavam ligadas ao SAAL/Norte.

Em 25 de janeiro, estando o secretário de Estado da Habitação e Urbanismo a reunir com delegados da CC, os moradores ligados ao SAAL/Norte promoveram uma manifestação de apoio aos seus representantes nessa reunião. Nela, os delegados das comissões de moradores expuseram os principais problemas dos seus bairros e receberam a garantia de que estava prestes a ser publicado o decreto-lei que enquadraria legalmente a expropriação dos terrenos, assim como de que estavam a ser realizados esforços no sentido de simplificar a legalização das comissões. Desde o início do ano até 11 de março de 1975, cresceu o número de ocupações de casas desabitadas ou devolutas por parte de moradores pobres em todo o país. No Porto, moradores das ilhas da Bouça, de Burgães, da Peneda e de Marques Marinho decidiram em assembleia-geral, realizada em 8 de fevereiro, a ocupação de um prédio abandonado, com 32 habitações disponíveis, na rua do Melo à Tutoria. Até ao final do mês, verificaram-se ainda ocupações, entre outros locais, nas ruas de Mouzinho da Silveira, de S. João, da Restauração, de S. Bartolomeu, de D. Manuel II e de S. Vítor. Como noticiou em manchete o *JN*, nem a zona tradicionalmente mais rica do Porto, a Foz do Douro, escapava à vaga de ocupações, com dez casas a serem ocupadas durante o fim-de-semana de 22 e 23 de fevereiro de 1975⁹. Esta segunda vaga de ocupações está estreitamente relacionada com o disposto no Decreto-Lei n.º 445/74, de 12 de setembro de 1974, que, no seu Artigo 5.º, dava um prazo de 120 dias aos senhorios com imóveis desocupados para os colocarem no mercado de arrendamento. Quase esgotado o período concedido pelo II Governo Provisório, que pretendia proteger a propriedade privada da primeira vaga de ocupações, acabou por “criar as condições que, mais tarde, legitimariam estas ocupações” (Saaristo, Lages, Tomé, 2024: 91).

No que concerne à estruturação do movimento de moradores, decorreu mais uma reunião das comissões dos bairros camarários, em 22 de fevereiro, com o intuito de discutir a contraproposta da CMP às suas exigências. Ainda no que respeita aos bairros

⁹ “Não escapa – Zona selecta do Porto... Dez casas da Foz do Douro foram ocupadas durante o fim-de-semana”. *Jornal de Notícias*, 24 de fevereiro de 1975, p. 1 e 3.

Bruno Madeira – *O Conselho Revolucionário de Moradores do Porto: apontamento cronológico sobre o nascimento, apogeu e refluxo do movimento de moradores (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 24-49.
DOI https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a2

camarários, em 8 de março realizaram-se eleições para as comissões de moradores dos seguintes bairros: Fonte da Moura, Pasteleira, Outeiro, São Roque da Lameira, Pinheiro Torres, Lagarteiro, S. João de Deus, Regado, Rainha D. Leonor, Caniçal, Francos e Aldoar¹⁰. Estas comissões foram de imediato reconhecidas pela CMP, que passaria a dialogar diretamente com cada uma delas e a reconhecê-las como interlocutores legítimos.

Do 11 de março de 1975 à formação do CRMP: crescimento, organização e radicalização

O contexto político tornou-se ainda mais favorável à luta popular depois da derrota da segunda tentativa de golpe de Estado contrarrevolucionário dirigido por António de Spínola. Tal fica demonstrado, por exemplo, na decisão da Câmara Municipal de legalizar todas as ocupações ocorridas até 31 de janeiro. Em 18 de março, 29 comissões de moradores, 23 brigadas técnicas e a Comissão Coordenadora do SAAL/Norte realizaram um plenário na ESBAP e apresentaram “um caderno reivindicativo referente à situação de total paralisação do processo SAAL” (Conselho Nacional do SAAL, 1976: 127). Nesse plenário, as comissões presentes afirmaram representar mais de 35 mil moradores e, entre críticas ao poder e ao funcionalismo municipal, assim como à direção do FFH, defenderam que os governos provisórios, até aí, não haviam definido ainda “uma política de defesa total dos interesses dos moradores em luta” e que, hesitantes, não demonstraram “de modo inequívoco estar dispostos a afastar de vez a lógica do capitalismo quanto a financiamentos, valorização de terrenos a expropriar, condução popular das operações e definição do tipo qualitativo mínimo das habitações a construir” (Conselho Nacional do SAAL, 1976: 129). Por fim, apresentaram também um caderno reivindicativo ao Conselho da Revolução e ao novo governo provisório, composto por dez alíneas – destacam-se as exigências de saneamento do funcionalismo da CMP e da direção do FFH, o desbloqueamento da contratação de brigadas técnicas e concessão de prioridade

¹⁰ “Eleitas as Comissões dos bairros camarários – operação controlada pelo Município do Porto”. *Jornal de Notícias*, 9 de março de 1975, p. 5.

Bruno Madeira – *O Conselho Revolucionário de Moradores do Porto: apontamento cronológico sobre o nascimento, apogeu e refluxo do movimento de moradores (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 24-49.
DOI https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a2

administrativa a todos os assuntos referentes às operações SAAL (Conselho Nacional do SAAL, 1976: 129).

Na sua edição de 27 de março, o *JN* dava conta da ocupação de 50 casas, durante a noite anterior, nas torres da Pasteleira, tendo sido a Polícia Militar chamada ao local para proceder ao despejo destas famílias. Em 5 de abril, realizou-se novo plenário das comissões de moradores, dos trabalhadores do SAAL/Norte e das brigadas técnicas. Estiveram presentes 32 comissões de moradores que seguiram depois, em manifestação, até ao Quartel-General do Porto, onde foram recebidos pelo brigadeiro Eurico Corvacho (recém-empossado comandante da Região Militar Norte). Nesse plenário, exigiu-se a nacionalização dos solos urbanos e urbanizáveis e a sua gestão pela população por intermédio das associações de moradores, a concretização imediata de todos os processos de expropriação, a imediata ocupação, organizada pelas associações, das casas abandonadas, o reconhecimento imediato das comissões de moradores, a autonomização do SAAL em relação ao FFH e o saneamento da CA da CMP (Conselho Nacional do SAAL 1976: 131).

Estas reivindicações foram entregues ao Conselho Superior da Revolução em 8 de abril, em Lisboa, por uma delegação de representantes dos moradores e dos trabalhadores do SAAL/Norte. No dia 10, o *JN* deu conta de que o Conselho de Ministros voltara a reunir especificamente para discutir o tema da habitação, tendo estabelecido penas para quem ocupasse casas já atribuídas a outras pessoas, assim como aprovara um decreto-lei, aplicável apenas no concelho do Porto, para pôr cobro à especulação efetuada por intermediários sobre fogos sobreocupados. Nesse mesmo dia, foi decidida, em sessão extraordinária da CMP, a construção de 456 casas populares. No dia seguinte, dois membros do governo visitaram a cidade e afirmaram que eram necessários dez mil fogos para resolver o problema da habitação, sendo anunciada uma nova lei de solos que previa as exigidas expropriações e a municipalização dos solos urbanos¹¹.

As eleições constituintes, realizadas em 25 de abril de 1975, tiveram impacto na direção e no ritmo da Revolução e agravaram as suas contradições. O Partido Socialista (PS) obteve uma vitória clara (37,82%) e o Partido Popular Democrático (PPD) teve um resultado bastante significativo (26,41%). Assim, quase dois terços dos votantes nas

¹¹ “Jornada de Trabalho de dois membros do governo...”. *Jornal de Notícias*, 12 de abril de 1975, p. 4.

Bruno Madeira – *O Conselho Revolucionário de Moradores do Porto: apontamento cronológico sobre o nascimento, apogeu e refluxo do movimento de moradores (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n° 2 2024. 24-49.

DOI https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a2

eleições para a Assembleia Constituinte demonstraram a sua preferência pelos partidos que defendiam a moderação do processo revolucionário. Deste modo, passaram a opor-se dois tipos de legitimidade política. O PS, o PPD e o Centro Democrático Social (CDS), com a maioria dos assentos na Constituinte, procuravam – ao contrário do que havia sido firmado no Pacto MFA-Partidos – fazer sobrepor a legitimidade eleitoral. O MFA, o Conselho da Revolução, o Partido Comunista Português e os partidos da esquerda revolucionária procuravam consagrar o poder popular. A conflitualidade entre estes dois blocos marcou a vida política nacional, pelo menos, até 25 de novembro de 1975.

Em 12 de maio, o diário portuense noticiou a convocação de uma manifestação nacional de moradores para o dia 17 de maio. Esta apresentava como principal reivindicação a revogação do decreto-lei 198-A-75, referente às ocupações de casas. Na convocatória para a manifestação, que percorreu um trajeto entre a Praça General Humberto Delgado e o Quartel-General do Porto, as comissões classificavam aquele decreto-lei como “antipopular” (Conselho Nacional do SAAL 1976, 153). Os manifestantes entregaram um caderno reivindicativo ao brigadeiro Corvacho, caracterizando as ocupações como “um amplo movimento popular dirigido contra os abusos intoleráveis dos proprietários que mantinham, e mantêm, casas vazias em bom estado e habitáveis, apenas em nome do seu direito de propriedade” (Conselho Nacional do SAAL 1976, 153). Consideravam ainda que a justiça das ocupações não fora questionada, esperando, por conseguinte, que o Conselho da Revolução lavrasse uma lei que as legitimasse e que não procurasse agradar a senhorios e moradores. No Quartel-General do Porto, foi garantido aos manifestantes que a CA da CMP seria substituída e que passaria a ser um militar a presidir a autarquia¹².

Em 28 de maio, cumprindo a promessa feita aos manifestantes, tomou posse a nova CA, que, poucos dias depois, reconheceu oficialmente as comissões de moradores como “órgãos representativos das populações, elementos fundamentais do processo revolucionário [...], como órgãos de efectiva colaboração e participação nas decisões da competência do presidente da Câmara e da Câmara Municipal do Porto”¹³.

¹² “Presidente Militar na Câmara do Porto”. *Jornal de Notícias*, 18 de maio de 1975, p. 3.

¹³ *Jornal de Notícias*, 4 de junho de 1975, p. 11.

Bruno Madeira – *O Conselho Revolucionário de Moradores do Porto: apontamento cronológico sobre o nascimento, apogeu e refluxo do movimento de moradores (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 24-49.
DOI https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a2

O Conselho Revolucionário de Moradores do Porto e a radicalização do movimento popular no verão de 1975

No final de junho de 1975, foi criado o Conselho Revolucionário de Moradores do Porto. A sua fundação foi noticiada em 21 de junho, afirmando-se que o CRMP era “constituído por representantes de cada comissão e investido de um estatuto de independência total face à Câmara, mas com poderes de vigilância e controlo das atividades e serviços desta, que lhe fornecerá apoio burocrático e instalações”. De acordo com a proposta, a CMP não poderia tomar quaisquer decisões relativamente ao domínio de intervenção das comissões de moradores sem ouvir o CRMP. Para além de se apresentar como interlocutor privilegiado da Câmara nos assuntos referentes à habitação, o CRMP exigia ainda que as comissões estivessem representadas na vereação por três representantes. O caderno de encargos apresentado pelo CRMP à CMP reivindicava ainda que a Comissão Administrativa da CMP passasse a reunir, mensalmente, à porta aberta, e, quinzenalmente, com o CRMP, a Comissão Central dos Bairros Camarários e o Secretariado das Juntas de Freguesia (Conselho Nacional do SAAL 1976, 172).

Julho arrancou com o governo a anunciar leis sobre a municipalização dos solos e as expropriações¹⁴ e com o início das operações do SAAL¹⁵. No dia 4, a CA da CMP reuniu com representantes das comissões de moradores ligadas ao SAAL, com as comissões de moradores dos bairros camarários, com delegados das Juntas de Freguesia e com representantes dos trabalhadores da autarquia – cumpria-se a exigência apresentada a 20 e 26 de junho pelo CRMP. A ideia era “criar uma assembleia consultiva mandatada pela população portuense para prestar apoio à Câmara face aos inúmeros e complexos problemas que se lhe deparam”¹⁶. Em 8 de julho, foi apresentada, pela Comissão Coordenadora das Comissões e Associações de Moradores ligadas ao SAAL/Norte, uma proposta de reorganização do movimento de moradores, elaborada na sequência de uma reunião em que compareceram 27 comissões. Nesta proposta, que previa a extinção da referida Comissão Coordenadora, foram sistematizados o funcionamento e a composição

¹⁴ “Municipalização dos solos: legislação para breve”. *Jornal de Notícias*, 1 de julho de 1975, p. 4.

¹⁵ “Operação S.A.A.L. começa com sangue”. *Jornal de Notícias*, 2 de julho de 1975, p. 4.

¹⁶ “Representantes das populações formam comissão municipal”. *Jornal de Notícias*, 5 de julho de 1975, p. 4.

Bruno Madeira – *O Conselho Revolucionário de Moradores do Porto: apontamento cronológico sobre o nascimento, apogeu e refluxo do movimento de moradores (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 24-49.
DOI https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a2

interna do CRMP. O Conselho deveria reunir semanalmente e ser composto por dois representantes de cada comissão ou associação de moradores. Os representantes das comissões e associações elegeriam um secretariado composto por nove elementos – todos de comissões diferentes – e seis representantes seus, livremente substituíveis, para serem delegados no Conselho Municipal da CMP; a eleição destes seis representantes não constituía entrave à presença de qualquer associação ou comissão de moradores nas reuniões do Conselho Municipal. As reuniões do CRMP realizar-se-iam nas instalações do SAAL/Norte, reforçando-se a ligação entre a estrutura de coordenação do movimento de moradores e o Serviço.

Em 12 de julho, o *JN* noticiou a atribuição de 380 mil contos à CMP para a construção de 1800 casas. Nesse mesmo dia, realizou-se uma manifestação de apoio das comissões dos bairros camarários ao documento-guia do MFA e à intensificação da participação popular na construção do socialismo. Em 14 de julho, foi a vez de a associação de moradores do bairro da Bouça demonstrar o seu apoio ao MFA, depois de ocupar uma fábrica abandonada onde pretendia dinamizar iniciativas culturais, um infantário e uma cooperativa de consumo. Seguiu-se o apoio da comissão de moradores das zonas de Justino Teixeira, Godim e D. Lopo de Almeida. Em 16 de julho, “45 Comissões de Moradores convocam manifestação de apoio ao poder popular”. A manifestação ocorreu no Porto, dois dias depois, e nela foi apresentada uma moção que tomava como irreversível o avanço das operações SAAL e exigia a defesa dos interesses dos pequenos proprietários expropriados. Propugnava ainda que o avanço da luta e das conquistas dos moradores-trabalhadores “deve fazer-se – e far-se-á – à custa da destruição do capitalismo e dos interesses dos especuladores imobiliários” (Conselho Nacional do SAAL, 1976: 179).

Em 6 de agosto, a União dos Sindicatos do Porto organizou uma manifestação de apoio à Aliança Povo-MFA, que contou com uma grande adesão do movimento de moradores. No mesmo dia, reuniu o plenário das comissões e associações de moradores ligadas ao SAAL/Norte. Neste plenário, “foram [...] denunciadas *comissões fantoches* de moradores da Foz e da zona residencial da Boavista, como forças que se tentam infiltrar e boicotar o trabalho dos inquilinos trabalhadores”¹⁷. Em 20 de agosto, Eurico Corvacho

¹⁷ “COPCON condena ocupações selvagens de habitações”. *Jornal de Notícias*, 7 de agosto de 1975, p. 4.

Bruno Madeira – *O Conselho Revolucionário de Moradores do Porto: apontamento cronológico sobre o nascimento, apogeu e refluxo do movimento de moradores (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 24-49.
DOI https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a2

foi substituído no comando da RMN por Agostinho Ferreira – em setembro, Pires Veloso assumiria o cargo. Esta decisão motivou a realização de duas manifestações que reivindicavam o regresso de Corvacho e apoiavam o V Governo Provisório. Em sentido oposto, o PS convocou uma manifestação contra o V Governo Provisório e o brigadeiro Eurico Corvacho para o dia 27 de agosto. No dia anterior, em comunicado publicado pelo *JN*, o CRMP repudiou a ação do PS e alertou “a população ‘no sentido de não se deixar manobrar’”¹⁸. Em 29 de agosto, realizar-se-ia nova manifestação de apoio ao V Governo Provisório, ao brigadeiro Corvacho e à defesa do processo revolucionário. Desta feita, o protesto uniu comissões de moradores e de trabalhadores, USP/Intersindical, FSP, LCI, MES, MDP/CDE, PCP e PRP-BR.

O mês de setembro começou com um novo revés para o movimento de moradores: no dia 2, a Comissão Administrativa Militar, responsável pela criação do Conselho Municipal do Porto e por um amplo conjunto de medidas que beneficiou os moradores, pediu a demissão. Para discutir a demissão da CA da CMP, reuniram, em 6 de setembro e à mesma hora, duas organizações que integravam comissões de moradores: o CRMP e a Assembleia Popular do Porto. Na reunião promovida pelo CRMP, estiveram presentes 45 comissões de moradores e deliberou-se o envio de observadores à sessão da Assembleia. As propostas apresentadas motivaram muita discussão, sobretudo a que defendia que fossem representantes do CRMP a assumir a gestão do município, sendo afirmado que “a função das comissões não é gerir, mas somente reivindicar os direitos”¹⁹. Comum a ambas as reuniões foi a decisão de apoiar a CAM demissionária e de apelar à sua permanência. No fundo, temia-se que a nova gestão da CMP representasse um retrocesso face ao que havia sido implementado no sentido “do enraizamento das Comissões de Moradores”²⁰. Esta reunião do CRMP serviu ainda para debater os desenvolvimentos da crise político-militar: nesse mesmo dia, o V Governo Provisório apresentara a sua demissão.

¹⁸ “Alerta do Secretariado do Conselho Revolucionário de Moradores do Porto”. *Jornal de Notícias*, 27 de agosto de 1975, p. 4.

¹⁹ “Discute-se hoje a demissão dos militares da Câmara Portuense”. *Jornal de Notícias*, 6 de setembro de 1975, p. 4.

²⁰ “Reunião de comissões ligadas ao processo SAAL/Norte”. *Jornal de Notícias*, 7 de setembro de 1975, p. 4.

Bruno Madeira – *O Conselho Revolucionário de Moradores do Porto: apontamento cronológico sobre o nascimento, apogeu e refluxo do movimento de moradores (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 24-49.
DOI https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a2

A queda do V Governo Provisório e a tomada de posse, 19 de setembro, do VI Governo Provisório, chefiado por Pinheiro de Azevedo, deu início a um período marcado pelo extremar de posições, pelo exacerbamento das divergências existentes no seio das Forças Armadas e pela perda de poder relativo das forças que reivindicavam a legitimidade revolucionária. Neste quadro político-social, o movimento de moradores integrou-se no movimento geral de defesa da via socialista face retrocesso que as transformações políticas do verão de 1975 antecipavam. Destaca-se ainda a criação, em 7 de setembro, da organização militar Soldados Unidos Vencerão (SUV), movimento com o qual o CRMP e o Conselho Municipal do Porto convergiram em diversas ações de protesto.

A primeira destas iniciativas realizou-se em 10 de setembro, uma “grandiosa manifestação revolucionária em ruas do Porto”²¹. Convocada pelos SUV, que mobilizaram 2000 soldados, esta manifestação recebeu ainda o apoio da UDP, do MES, da LCI, do PRP-BR, da LUAR, do MDP/CDE e do Conselho Municipal do Porto. Este último, extinto pela nova CA da autarquia, reuniu no dia seguinte “apenas algumas dezenas de munícipes”²² em sessão pública realizada frente à Câmara Municipal. Na moção aí aprovada, declarava-se que a atitude da CMP face ao Conselho decorria do clima contrarrevolucionário que se vivia no seio do MFA e que era necessário tomar medidas urgentes que clarificassem “a marcha da Revolução, rumo ao Socialismo”²³. No mesmo dia, o CRMP promoveu uma conferência de imprensa em que esclareceu a sua posição face à exoneração da CAM: esta havia sido a única que defendera os interesses dos moradores e correspondera às suas necessidades e reivindicações, declarando que, “com a sua saída se corre o risco da nomeação de um órgão gestor de direita ou formado por cozinhados partidários que não servem os interesses dos moradores levando à perda das conquistas já alcançadas”²⁴.

²¹ “Grandiosa manifestação revolucionária em ruas do Porto”. *Jornal de Notícias*, 11 de setembro de 1975, p. 1.

²² “Conselho Municipal do Porto debateu problemas no meio da praça”. *Jornal de Notícias*, 12 de setembro de 1975, p. 4.

²³ *Idem*

²⁴ “Senhorios pobres é preocupação do Conselho de Moradores”. *Jornal de Notícias*, 12 de setembro de 1975, p. 4.

Bruno Madeira – *O Conselho Revolucionário de Moradores do Porto: apontamento cronológico sobre o nascimento, apogeu e refluxo do movimento de moradores (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 24-49.
DOI https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a2

Em novo plenário, realizado em 13 de setembro, o CRMP manifestou-se contra o saneamento dos militares da CMP, a dissolução do Conselho Municipal e o bloqueamento do processo SAAL. Em 16 de setembro, decorreu nova sessão pública do Conselho Municipal. E, se “a primeira sessão foi voluntária, a de agora foi forçada na medida em que ontem, ao apresentarem-se ao portão do edifício da Câmara Municipal foi-lhes dito que não havia autorização para franquear os batentes”²⁵. O Conselho Municipal propôs-se elaborar um documento, a distribuir pela população da cidade, em que denunciaria esta situação, e afirmou a intenção de realizar um plenário, a nível concelhio ou metropolitano, com as várias estruturas unitárias de base, tendo em vista a elaboração de um caderno reivindicativo comum.

Nesse agitado mês de setembro, decorreram ainda mais dois plenários das comissões de moradores da região Norte, em 18 e 23 de setembro, na ESBAP. Neles, estiveram representadas 41 comissões, no primeiro encontro, e 33, no segundo, que debateram “o caso das comissões fantoches”²⁶. Em 19 de setembro, no mesmo dia em que o VI Governo Provisório tomava posse, realizou-se nova sessão pública do Conselho Municipal nos Paços do Concelho. Altamente participada, a reunião terminaria com a tomada do edifício da CMP por parte dos populares presentes. A perseverança dos moradores levou a que, quatro dias depois, fosse anunciada uma nova CAM para a CMP²⁷, promessa que não seria cumprida. A sessão do Conselho Municipal de 26 de setembro, novamente na rua, terminou com uma manifestação que percorreu a baixa portuense.

Outubro seria ainda mais intenso do ponto de vista da luta política e social. No que toca ao campo revolucionário, registaram-se quatro protestos de maior envergadura. O primeiro deles, logo no dia 3, levou trabalhadores, moradores e soldados a manifestarem-se junto ao Centro de Instrução de Condutores Auto do Porto (CICAP) contra o encerramento dessa unidade militar e o saneamento dos oficiais e soldados de esquerda. A questão do CICAP/Regimento de Artilharia da Serra do Pilar (RASP) iria ser central nas movimentações populares que decorreram ao longo de todo o mês. Em 6 de outubro,

²⁵ “Mais uma vez na praça pública...”. *Jornal de Notícias*, 17 de setembro de 1975, p. 4.

²⁶ “SAAL/Norte à procura de nova dinamização”. *Jornal de Notícias*, 19 de setembro de 1975, p. 5.

²⁷ “Câmara do Porto vai ter uma nova Comissão Militar”. *Jornal de Notícias*, 24 de setembro de 1975, p. 1.

Bruno Madeira – *O Conselho Revolucionário de Moradores do Porto: apontamento cronológico sobre o nascimento, apogeu e refluxo do movimento de moradores (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 24-49.
DOI https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a2

os SUV, a FUR, a UDP, o Conselho Municipal e o CRMP organizaram nova manifestação contra o encerramento do CICAP, tendo correspondido à chamada cerca de 50 mil pessoas. No dia seguinte, populares e militares de 18 unidades, mobilizados pelos SUV, ocuparam as instalações do RASP. Três dias depois, o Conselho Municipal promoveu uma manifestação que terminou junto ao RASP²⁸. Em 29 de outubro, decorreu uma nova ação de apoio à luta do CICAP/RASP, convocada pelo CRMP.

No que concerne à representatividade dos moradores na gestão camarária, e depois de promessas em sentido oposto, Mário Cal Brandão justificou que a reunião tendente à formação de uma nova comissão administrativa da CMP não contemplou a participação de representantes das comissões de moradores em virtude de, segundo o governador civil, um inquérito por si encomendado às várias Juntas de Freguesia ter revelado que estes órgãos de poder popular não recolhiam um apoio maioritário das populações que diziam representar²⁹. Perante a iminência de paralisação do processo SAAL/Norte, a sua Comissão Coordenadora, com o acordo do CRMP, propôs, em 27 de outubro, uma “iniciativa em larga escala no sentido de mobilizar as largas massas populares [...] para uma discussão de formas de luta a levar a cabo contra todos os entraves” (Conselho Nacional do SAAL, 1976: 218). Para tal, as comissões de moradores deveriam proceder à realização de assembleias-gerais e levar “à prática com entusiasmo e militância o programa que aqui lhes propomos, já que estamos convencidos que a passagem à ofensiva é neste momento condição de subsistência” (Conselho Nacional do SAAL, 1976: 219). Num momento em que o movimento de moradores mantém ainda uma certa capacidade de mobilização, mas em que as suas conquistas começam a perigar, surgem os apelos à intensificação da luta contra a política do VI Governo Provisório, do poder local e do comando da RMN.

Relativamente ao movimento de moradores no Porto e ao CRMP, o mês de novembro revela já um abrandamento da atividade. No dia 4, o plenário das comissões e associações de moradores encheu o auditório da ESBAP. Nele foram discutidas a proposta de um grupo de trabalhadores dos serviços do SAAL/Norte, datada de 30 de

²⁸ “Promovida pelo Conselho Municipal – Manifestação na Baixa depois de amanhã”. *Jornal de Notícias*, 8 de outubro de 1975, p. 4.

²⁹ “Governador civil revela...”. *Jornal de Notícias*, 23 de outubro de 1975, p. 4.

Bruno Madeira – *O Conselho Revolucionário de Moradores do Porto: apontamento cronológico sobre o nascimento, apogeu e refluxo do movimento de moradores (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 24-49.
DOI https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a2

outubro e previamente aprovada pelo CRMP, e a elaboração dos cadernos reivindicativos de cada comissão³⁰. Essa proposta consistia num extenso documento a ser discutido pelos moradores e pelas brigadas técnicas do Serviço. Procurava-se fazer uma análise dos problemas que se colocavam aos moradores pobres da cidade e propunham-se as diretrizes que poderiam reverter a tendência de refluxo da luta social (Conselho Nacional do SAAL, 1976: 219-222). Afirmava-se que o projeto da “burguesia reformista” passava por desmobilizar os moradores da sua luta, paralisar e boicotar o SAAL, apostar na construção de edifícios de baixa qualidade por grandes empresas e deslocar os moradores pobres para a periferia, libertando assim terrenos centrais para a especulação imobiliária, concluindo que os moradores “da cidade praticamente só conhecem o que ela tem de pior. O que a cidade tem de bom a burguesia roubou-lhes” (Conselho Nacional do SAAL, 1976: 220). Esta proposta do SAAL/Norte identificava três tipos de problemas prementes: ocupações, rendas e entraves às conquistas já alcançadas. Assim, defendia que a resolução dessas questões impunha a formação de uma frente popular alargada. Afirmou, por conseguinte, ser necessário “unificar mais as várias frentes de luta: bairros camarários, subalugas, ocupantes, comissão SAAL” (Conselho Nacional do SAAL, 1976: 220). Procurando dar uma resposta positiva a esta missiva, três dias depois, em 7 de novembro, foi criada a Frente Revolucionária Autónoma de Habitantes e Ocupantes.

No que diz respeito às ocupações, o documento sugeria a criação, no seio do CRMP, de um secretariado próprio para esta questão, que funcionasse de modo paralelo ao já existente e que estivesse ligado a vários secretariados locais, de modo a estar apto a dar uma resposta imediata a qualquer tentativa de despejo. Este secretariado deveria proceder ao levantamento de “todas as casas e prédios devolutos, de modo a responder à burguesia com uma contra-ofensiva de ocupações organizadas”³¹ e, ainda, estimular as ocupações para lá dos limites da cidade. Por outro lado, defendia-se que o Conselho Municipal teria de se adaptar às novas circunstâncias políticas, “depois de as Comissões fazerem a análise crítica das suas funções e posições. Cremos também que as Comissões têm de fazer a sua auto-crítica pelo abandono a que o votaram” (Conselho Nacional do SAAL, 1976: 220).

³⁰ “SAAL/Norte e o alheamento popular – Apartidarismo pode resolver os problemas”. *Jornal de Notícias*, 5 de novembro de 1975, p. 4.

³¹ “Comissões de moradores em debate: Conselho Municipal – remodelar ou recompor?”. *Jornal de Notícias*, 19 de novembro de 1975, 12.

Bruno Madeira – *O Conselho Revolucionário de Moradores do Porto: apontamento cronológico sobre o nascimento, apogeu e refluxo do movimento de moradores (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 24-49.
DOI https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a2

Para realizar esta análise, o CRMP reuniu em 18 de novembro, tendo os presentes tomado consciência de que algo teria de ser feito para quebrar o impasse em que o Conselho Municipal caíra³².

Ainda sobre esta proposta, e no que toca ao CRMP, era dito que “a sua reestruturação já está a ser encetada pelas comissões que verificaram na prática essa necessidade” (Conselho Nacional do SAAL, 1976: 221). Exortava-se o CRMP a perseguir uma maior ligação aos bairros camarários, às estruturas representativas dos trabalhadores da construção civil e a uma maior vigilância em relação às “comissões fantoche”. A reflexão acerca do documento produzido pelos técnicos do SAAL/Norte prende-se com a percepção que traduz, e que será reforçada na proposta de reestruturação do CRMP, de que se entrara, já há algum tempo, numa fase de refluxo da capacidade de mobilização do movimento de moradores. Apesar da profundidade da análise apresentada e do delineamento de novas linhas de intervenção, os resultados práticos desta proposta seriam escassos.

A proposta de reestruturação do CRMP foi apresentada em 2 de dezembro e contemplou as linhas essenciais contidas na proposta aqui discutida. O documento começava afirmando que “o CRMP é uma forma superior de organização das comissões e associações de moradores que há muito deixou de funcionar em termos de colectivo, dada a fraca mobilização das comissões”. Por conseguinte, lamentava-se, estar-se-ia a tornar um “órgão de cúpula donde não saem resoluções para os principais problemas que nos afectam” (Conselho Nacional do SAAL, 1976: 227). A autocrítica empreendida pelo Secretariado do CRMP correspondia à assunção de que este falhara nos seus principais propósitos. Para fazer face à sua inoperância, propunha-se a criação de sete grupos de trabalho autónomos: dinamização (organização da Assembleia Popular); Conselho Municipal; inquérito; autodefesa e vigilância; controlo do SAAL; subalugas; ocupações. No rescaldo do 25 de novembro de 1975, o CMRP convocou uma manifestação, a realizar em 21 de dezembro, junto à prisão de Custóias, para exigir a libertação dos militares presos no âmbito do golpe. Outras manifestações de solidariedade se seguiriam e, na realizada em 1 de janeiro de 1976, quatro manifestantes foram mortos a tiro pela GNR,

³² Idem, *ibidem*.

Bruno Madeira – *O Conselho Revolucionário de Moradores do Porto: apontamento cronológico sobre o nascimento, apogeu e refluxo do movimento de moradores (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 24-49.
DOI https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a2

registando-se ainda mais seis feridos. Os seus funerais realizaram-se em 4, 5 e 8 de janeiro de 1976, com o CRMP a mobilizar os moradores para os mesmos.

Em plenário, no dia 9 de janeiro de 1976, afirmaram que se verificara, “mais uma vez, a fraca mobilização das Comissões e Associações, já que nenhum dos grupos ficou totalmente constituído” (Conselho Nacional do SAAL, 1976: 235). Cinco dias depois, a sede do SAAL/Norte, situada na Rua Gonçalo Cristóvão, foi atacada à bomba – ataque que se insere numa vasta onda de terrorismo perpetrado pela direita e que assolou o país entre 1975 e 1977 (Dâmaso, 1997; Carvalho, 2017). Sobre este violento ataque, o Secretariado do CRMP declarou que “os fascistas, não conseguindo ir contra o movimento popular por métodos pacíficos, tentam agora destruí-lo à bomba” (Conselho Nacional do SAAL, 1976: 238).

Como resposta ao terror e à regressão das conquistas revolucionárias, marcou-se uma manifestação de moradores e de trabalhadores para 17 de janeiro, na qual estiveram presentes cerca de 20 mil pessoas (Conselho Nacional do SAAL, 1976: 250). Em 6 de março, realizou-se nova manifestação em defesa dos moradores pobres e contra os despejos, organizada pelo CRMP e por organizações populares do grande Porto. Em 16 de julho de 1976, comissões e associações de moradores da região norte reuniram-se em plenário e elaboraram um novo caderno reivindicativo, a enviar ao I Governo Constitucional. Pouco tempo depois, o CRMP recolheu um abaixo-assinado e entregou o seu caderno reivindicativo ao governador civil do Porto. Nele exigiam-se a reabertura do Gabinete Coordenador CMP/SAAL/Barredo, a abertura da câmara em horário pós-laboral para que os trabalhadores não tivessem de perder um dia de trabalho para recorrer aos serviços e a criação de um serviço destinado ao atendimento das comissões e associações de moradores (Conselho Nacional do SAAL, 1976: 393).

A partir de meados de 1976, foram cada vez mais fortes os rumores e os sinais de que o governo, o PS, o PPD e o CDS pretendiam encerrar o SAAL. Trabalhadores do Serviço e moradores beneficiados por ele mobilizaram-se em sua defesa, procurando demonstrar as virtudes do trabalho desenvolvido e a necessidade não só de institucionalizar e de criar legislação própria para o SAAL, como, ainda, de lhe conceder maior dotação financeira e capacidade de intervenção. Também nesse sentido, foi marcada uma manifestação para 23 de outubro. Contudo, cinco dias depois foi publicado

Bruno Madeira – *O Conselho Revolucionário de Moradores do Porto: apontamento cronológico sobre o nascimento, apogeu e refluxo do movimento de moradores (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 24-49.
DOI https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a2

em *Diário da República* o despacho que pôs um ponto final à inovadora experiência do SAAL. Sendo a decisão conhecida na véspera, o CRMP, organizou, nesse mesmo dia, uma manifestação que contou com a participação de milhares de pessoas em defesa do SAAL. Logo no dia seguinte, as comissões de moradores reuniram de emergência e procuraram acertar uma estratégia comum visando a contestação e a reversão da decisão governamental. O fim do SAAL, o quadro político-institucional desfavorável e a menor capacidade de mobilização conduziram o CRMP, e todo o movimento de moradores, a uma fase de refluxo e de progressivo esmorecimento das ações reivindicativas, culminando na própria dissolução do órgão e de diversas comissões de moradores

A respeito da autonomia crítica e de ação do movimento de moradores portuense, sobretudo do CRMP, em relação às brigadas técnicas e à direção do SAAL/Norte, cumpre reconhecer que os moradores pobres da cidade do Porto beneficiaram do apoio que assistentes sociais, técnicos e arquitetos lhe deram. O mesmo se poderia dizer em relação ao apoio dos partidos políticos de esquerda e à participação de muitos dos seus militantes na constituição, direção e dinamização da maioria das comissões que se formaram ao longo do período revolucionário. Por fim, o acolhimento e o apoio que as suas exigências e os seus anseios receberam por parte da Comissão Administrativa Militar da Câmara Municipal do Porto, durante os curtos meses de vigência da mesma, foi também fundamental para o dinamismo que o movimento de moradores teve na cidade. Apesar da importância de todos estes atores políticos e sociais na conformação do movimento, não se pode pensá-lo ou caracterizá-lo “em termos condescendentes ou paternalistas. De facto, os moradores estavam muitas vezes em desacordo com as intenções de outros grupos sociais e, frequentemente, evitavam os seus conselhos, rejeitavam as suas tentativas de enquadrar institucional e ideologicamente os movimentos sociais e insistiam em vias de ação alternativas” (Queirós & Pereira, 2018: 868).

Com efeito, ainda que desprovidos de capital financeiro e social, as lideranças do movimento souberam ir lendo a evolução da situação política nacional e local e tentaram aproveitar cada oportunidade que esta lhes oferecia. Não se trata, portanto, de um movimento insuflado e instrumentalizado pelo SAAL/Norte para provar a sua ligação às bases populares – tese invocada por alguns dos detratores do Serviço. Tal como no movimento associativo de índole desportiva e cultural, na Reforma Agrária ou no

Bruno Madeira – *O Conselho Revolucionário de Moradores do Porto: apontamento cronológico sobre o nascimento, apogeu e refluxo do movimento de moradores (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 24-49.

DOI https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a2

movimento sindical, as estruturas de organização e coordenação do movimento de moradores, bem como os indivíduos diretamente interessados na resolução da sua carência ou precariedade habitacional, demonstraram significativa capacidade de agência e de solidariedade na construção de soluções, muitas vezes inovadoras, para fazer ouvir as suas exigências. Não descurando a importância das brigadas técnicas do SAAL na implementação dos projetos de construção participada, a rápida capacidade de mobilização e a pressão colocada, desde o Primeiro de Maio de 1974, sobre os poderes locais e centrais foi crucial para a legalização da ocupação de habitações, para os melhoramentos na área da Ribeira/Barredo e para a construção de novos bairros sociais. Todas estas realizações se encontram fora do âmbito de ação do SAAL e das comissões de moradores a ele afetas, pelo que reduzir o movimento à relação e eventual dependência vital em relação ao Serviço resulta insuficiente para o compreender e caracterizar.

Notas conclusivas

Conscientes de que uma reflexão mais aprofundada sobre o movimento de moradores da cidade carece da recolha de fontes primárias de natureza documental e oral, nomeadamente no Arquivo Histórico Municipal do Porto e no Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto, cremos ter documentado o surgimento, auge e refluxo do movimento de moradores na cidade do Porto, nomeadamente através do aprofundamento da análise do papel desempenhado pelo CRMP, através da análise fontes secundárias. A esse respeito, verifica-se que CRMP nasceu quando se verificava uma correlação de forças favorável à conquista de direitos para as populações e procurou, sobretudo, articular melhor a luta dos moradores. A evolução da situação político-militar impeliu o CRMP a uma maior confluência com os demais movimentos populares que lutavam pelo socialismo revolucionário, passando as reivindicações em torno da habitação a inscrever-se, ideologicamente, nesse objetivo político estruturante e na ideia de direito à cidade. Por outro lado, resulta também evidente a confluência de posições públicas, o apoio mútuo e a influência recíproca que existiu entre o CRMP e o SAAL/Norte. Ficaram também demonstradas as diferentes fases pelas quais passou o relacionamento do CRMP com os governos da República e com a Câmara Municipal do Porto. Com esta última, tirando a

Bruno Madeira – *O Conselho Revolucionário de Moradores do Porto: apontamento cronológico sobre o nascimento, apogeu e refluxo do movimento de moradores (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 24-49.
DOI https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a2

fase de cooperação que caracterizou a vigência da CAM e do Conselho Municipal do Porto, as relações foram sempre de uma hostilidade mútua, mais ou menos declarada. As várias ações de luta promovidas pelo CRMP dão testemunho do papel que o Conselho nelas representou, fosse através da convocatória e da mobilização, fosse através do apoio aos protestos organizados por outras estruturas de poder popular. Além disso, ficou explícita a solução política, técnica e urbanística advogada pelo CRMP para o problema da habitação e das ocupações. A abordagem cronológica do tema permitiu a perceção de uma evolução qualitativa do conteúdo e da abrangência das políticas que foram sendo propostas, assim como do progressivo recuo da sua capacidade reivindicativa e mobilizadora a partir do final do verão de 1975.

Referências bibliográficas

- ANTUNES, L. (2023), “O meu sonho? ter uma casa: pensar sobre habitação, cidade e cidadania das mulheres no Portugal revolucionário (1974-1976)”, *Astrágalo: Cultura de la Arquitectura y la Ciudad*, n.º 33-34, pp. 129-150.
- BAÍÁ, João (2017), “Movimentos Sociais Urbanos na Revolução Portuguesa a partir de uma Operação SAAL”, in Charles Monteiro, Klaus Hilbert, Paula Godinho (orgs.), *Memória e Património: Diálogos entre Brasil e Portugal*, Porto Alegre, ediPUCRS, pp. 65-80.
- BAÍÁ, João (2018), “SAAL: Organização pelo direito à habitação no Pós-25 de Abril”, in André Carmo, Eduardo Ascensão, Ana Estevens (Eds.), *A cidade em reconstrução. Leituras críticas, 2008-2018*, Lisboa, Le Monde Diplomatique/Outro Modo/Habita, pp. 147-154.
- BANDEIRINHA, José António (2007), *Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- CARVALHO, Miguel (2017), *Quando Portugal Ardeu. Histórias e segredos da violência política no pós-25 de Abril*, Alfragide, Oficina do Livro.
- COELHO, Mário Brochado (1986), “Um processo organizativo de moradores (SAAL/NORTE – 1974-1976)”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 18/19/20, pp. 645-671.

Bruno Madeira – *O Conselho Revolucionário de Moradores do Porto: apontamento cronológico sobre o nascimento, apogeu e refluxo do movimento de moradores (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 2 2024. 24-49.
DOI https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a2

Conselho Nacional do SAAL (1976), *Livro Branco do SAAL, 1974-1976*, Porto, Conselho Nacional do SAAL.

COSTA, Ana Catarina (2022), *O campo da arquitectura na construção da cidade democrática: Processo SAAL/Porto*, tese de doutoramento, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

DÂMASO, Eduardo (1997), *A Invasão Spinolista*, Lisboa, Fenda.

NUNES, João Arriscado; SERRA, Nuno (2003), “Casas decentes para o povo: movimentos urbanos e emancipação em Portugal” in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Democratizar a Democracia*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 213-245.

PALACIOS CEREALES, Diego (2005), *O Poder Caiu na Rua: Crise de Estado e Acções Colectivas na Revolução Portuguesa 1974-1975*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

PEREIRA, Gaspar Martins (2014), “SAAL: um programa de habitação popular no processo revolucionário”, *História. Revista da FLUP*, IV Série, vol. 4, pp. 13-31.

PEREIRA, Raúl da Silva (1983), “A habitação própria – solução do problema habitacional?”, *Análise Social*, vol. XIX (77-78-79), pp. 737-742.

PEREIRA, Virgílio Borges (2011), “A política de habitação do Estado e os seus efeitos sociais no Porto Contemporâneo: Uma perspectiva sintética e panorâmica”, In Carlota Santos (coord.). *Família, Espaço e Património*, Porto, CITCEM, pp. 547-564.

PEREIRA, Virgílio Borges (2013), “Sobre a importância de se chamar Ernesto, Avelino ou Amadeu, in Bruno Monteiro, Virgílio Borges Pereira (orgs.), *A Política em Estado Vivo: uma visão crítica das práticas políticas*, Lisboa, Edições 70/Le Monde Diplomatique – edição portuguesa.

PORTAS, Nuno (1986), “O Processo SAAL: entre o Estado e o Poder Local”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 18/19/20, pp. 635-644.

QUEIRÓS, João & PEREIRA, Virgílio Borges (2018), “Voices in the revolution: Resisting territorial stigma and social relegation in Porto’s historic centre (1974-1976)”, *The Sociological Review Monographs*, Vol. 66 (4), pp. 857-876).

RODRIGUES, Camila (2018), *Memories of the SAAL in Lisbon – Socialism was not around the corner*, Tese de Doutoramento em “Ciências Política”, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Bruno Madeira – *O Conselho Revolucionário de Moradores do Porto: apontamento cronológico sobre o nascimento, apogeu e refluxo do movimento de moradores (1974-1976)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 n.º 2 2024. 24-49.
DOI https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_2a2

RODRIGUES, Maria Manuela Silveira (1997), *O Movimento de Moradores no Porto (1974/1976)*, Tese de Mestrado em História Contemporânea, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1990), *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, Porto, Edições Afrontamento.

SAARISTO, Saila-Maria, LAGES, Joana Pestana, TOMÉ, Miguel (2024), “‘They are grabbing houses for themselves!’: Occupying 2 de Maio in the fervour of the Portuguese Revolution”, *Cidades, Comunidades e Territórios*, Autumn Special Edition, pp. 80-100.

VIEIRA, Álvaro Siza (1986), “O 25 de Abril e a Transformação da Cidade”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 18/19/20, pp. 37-40.

VILAÇA, Helena (1994), “As Associações de Moradores Enquanto Aspecto Particular do Associativismo Urbano”, *Sociologia – Revista da FLUP*, n.º 4, pp. 49-96.